ACERTAR 2025:
Preparando a Gestão de Ativos e Gestão de Investimentos

Elaborado por ARIS-MG – Agência Reguladora Intermunicipal dos Serviços de Saneamento de Minas Gerais
Versão: agosto/2025

Sumário

Introdução - A Base Estrutural do Saneamento 3

CT054: Políticas e Procedimentos para Gestão de Ativos e Investimentos 4

CT055: Segregação de Funções no Processo de Gestão de Ativos 6

CT056: Procedimentos para Gestão de Acessos aos Sistemas de Gestão de Ativos e Investimentos 7

CT057: Monitoramento de Transações Críticas (Trilha de Auditoria) do Processo de Gestão de Ativos 9

CT058: Comunicação Formal para Capitalização de Projetos 11

CT059: Análise Periódica dos Ativos em Operação (Valor Justo e Teste de *Impairment*) 12

CT060: Cálculo Automático Mensal da Depreciação/Amortização dos Ativos 14

CT061: Revisão Independente dos Itens Inseridos nos Ativos 16

CT062: Procedimentos Formais para Cálculo e Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) 17

CT071: Realização Periódica de Inventário Físico de Bens 19

CT072: Utilização de Sistema para Gerenciamento Financeiro de Projetos de Investimento 21

CT073: Abertura Formal dos Projetos de Investimento Contendo a Fonte de Recursos 23

CT074: Abertura Formal dos Projetos de Investimento Contendo o Destino/Objetivo ... 24

CT075: Bloqueio de Lançamentos em Projetos de Investimentos Encerrados 26

CT076: Critérios para Capitalização de Despesas de Áreas Internas 27

Conclusão - Da Despesa ao Ativo Estratégico 29

REFERÊNCIAS 31

Introdução - A Base Estrutural do Saneamento

Se a área comercial é a vitrine do prestador de serviços e o ciclo de suprimentos é seu sistema circulatório, a **Gestão de Ativos e Investimentos** é a sua fundação estrutural. É aqui que o capital da empresa se transforma em capacidade operacional tangível: as redes que cortam as cidades, as estações que tratam a água e o esgoto, as bombas que garantem a pressão e os veículos que dão suporte às equipes de campo.

Por muito tempo, o "ativo imobilizado" foi visto como uma mera formalidade contábil, uma lista de bens a serem depreciados anualmente. A visão moderna, e aquela exigida pela Metodologia Acertar, é a de uma gestão estratégica e dinâmica de um patrimônio que é, na verdade, a própria essência do serviço prestado. Cada investimento bem planejado e cada ativo bem gerenciado se traduzem diretamente em confiabilidade, qualidade e capacidade de expansão dos serviços.

O principal elo entre a gestão de ativos e a regulação é a **Base de Ativos Regulatória (BAR)**. Uma BAR incorreta, seja por projetos mal classificados, ativos não registrados ou depreciação inadequada, distorce a realidade econômico-financeira do prestador, levando a revisões tarifárias que podem ser prejudiciais tanto para a empresa quanto para o usuário.

As Vantagens da Governança sobre Ativos e Investimentos

Aplicar as melhores práticas da Metodologia Acertar a estes processos críticos gera benefícios que vão muito além da conformidade, fortalecendo a organização de dentro para fora:

1. **Precisão da Base de Ativos Regulatória (BAR):** Um controle rigoroso sobre a capitalização de projetos e a gestão dos ativos garante que a BAR seja um reflexo fiel da realidade. Isso é o alicerce para um processo de revisão tarifária justo e transparente, assegurando a modicidade tarifária para o usuário e o equilíbrio econômico-financeiro para o prestador.

2. **Eficiência dos Investimentos:** Ter políticas claras, segregação de funções e aprovações formais para cada projeto de investimento garante que os recursos, sejam eles próprios ou de terceiros, sejam aplicados em necessidades reais e de forma controlada, evitando desperdícios e garantindo que cada real investido gere o máximo de retorno em serviço para a população.

3. **Controle de Custos e Vida Útil:** A correta classificação dos ativos, o cálculo preciso da depreciação e o inventário periódico permitem uma visão clara sobre os custos de manutenção e a necessidade de substituição, otimizando o planejamento de longo prazo e a gestão do patrimônio.

4. **Transparência e Rastreabilidade:** Processos documentados e auditáveis, desde a aprovação de um projeto até a baixa de um ativo, oferecem total transparência para a agência reguladora e para os órgãos de controle, demonstrando uma gestão responsável e comprometida com a boa governança.

Nos capítulos seguintes, vamos dissecar cada Teste de Controle (CT) aplicável a esta fundação da empresa, desde a formalização das políticas que regem os investimentos até o inventário físico que garante a existência dos ativos, fornecendo um guia para preparar sua organização para uma certificação de excelência.

CT054: Políticas e Procedimentos para Gestão de Ativos e Investimentos

O que este controle verifica?

Este é o ponto de partida, o alicerce de toda a auditoria de ativos e investimentos. O controle CT054 verifica se a sua organização possui um conjunto de regras formais, escritas e acessíveis que padronizam a forma como a equipe executa as atividades mais críticas deste ciclo. Não basta que o "jeito certo" de fazer as coisas esteja apenas na cabeça dos funcionários mais experientes; ele precisa estar documentado e oficializado.

As atividades que devem estar cobertas por esses documentos formais incluem, no mínimo:

- Cadastro de ativo imobilizado e intangível e as responsabilidades pela manipulação do arquivo mestre.
- Diretrizes para a abertura, manutenção e encerramento dos projetos da empresa.
- Desembolsos, medições e aquisições vinculadas aos investimentos.
- Regras para a contabilização de ativos, incluindo categorias para classificação, registro contábil e as taxas de depreciação e amortização.
- Critérios para o encerramento de projetos, sua capitalização e a ativação dos ativos.

Por que a auditoria foca nisso?

Para um auditor, a ausência de normas e procedimentos escritos é um grande sinal de alerta. É o **Fator de Risco** que pode levar ao **Risco**, ou seja, a "atividades executadas

em desacordo com políticas, normas e expectativas dos prestadores de serviço". Sem um padrão documentado, cada funcionário pode agir de uma forma, gerando inconsistências na Base de Ativos Regulatória (BAR), erros na alocação de custos dos projetos e dificuldades imensas para treinar novos colaboradores. Um processo formalizado, por outro lado, é a primeira e mais forte evidência de uma gestão organizada e que busca a qualidade.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para atingir a nota máxima de confiança neste controle (Nível de Implementação "IM"), o prestador deve ser capaz de apresentar ao auditor:

1. **O Documento Formal:** Seja um "Manual de Gestão de Ativos", uma "Política de Investimentos" ou um conjunto de "Procedimentos Operacionais Padrão (POPs)". O importante é que o documento exista, seja oficial e tenha sido aprovado.
2. **Conteúdo Abrangente:** O documento precisa ser completo, detalhando as atividades, os responsáveis por cada etapa e os prazos a serem cumpridos.
3. **Aprovação e Atualização:** O manual deve estar formalmente aprovado por um gestor responsável e, crucialmente, estar atualizado, refletindo a prática real da empresa. Procedimentos muito antigos são uma bandeira vermelha para o auditor.
4. **Acessibilidade:** A equipe precisa saber que o documento existe e ter fácil acesso a ele, seja na intranet da empresa, em uma pasta compartilhada na rede ou mesmo impresso de forma organizada.

Exemplos Práticos:

- Um prestador pode apresentar um robusto "Manual de Gestão Patrimonial e de Investimentos", disponível na intranet, com um sistema de controle de versões. O manual terá capítulos detalhados para cada processo, com fluxogramas, critérios claros de capitalização e as responsabilidades de cada cargo (ex: engenheiro fiscal, analista patrimonial, contador) bem definidas.
- Um prestador de menor porte pode ter um único, mas bem estruturado, documento em PDF, o "Guia de Procedimentos de Ativos e Investimentos". Este documento pode ter sido elaborado em uma reunião com a equipe, aprovado com a assinatura do gestor e salvo em uma pasta de acesso comum. Ele deve conter, por exemplo, um checklist para a abertura de um novo projeto de investimento e uma tabela simples com as taxas de depreciação padrão para cada classe de ativo, garantindo a padronização.

CT055: Segregação de Funções no Processo de Gestão de Ativos

O que este controle verifica?

Este controle é a aplicação prática do princípio de "freios e contrapesos" ao ciclo de vida dos ativos e investimentos. A auditoria do CT055 verifica se o prestador separa as responsabilidades por atividades críticas e potencialmente conflitantes entre diferentes funcionários ou áreas. O objetivo é criar barreiras naturais que impeçam que uma única pessoa tenha controle excessivo sobre o processo, desde a decisão de investir até a ativação de um bem.

As atividades específicas que a auditoria irá observar são:

- **Aprovação dos investimentos;**
- **Abertura de projetos** de investimentos no sistema;
- **Cadastro do ativo** imobilizado e intangível, incluindo a manipulação do arquivo mestre e a definição das taxas de depreciação;
- **Aquisição de materiais e contratação de serviços** para os projetos;
- **Encerramento, liquidação e capitalização** dos investimentos.

Por que a auditoria foca nisso?

A gestão de ativos e investimentos envolve decisões que comprometem grandes volumes de recursos financeiros e impactam diretamente a base de remuneração do prestador. A concentração de funções-chave em uma única pessoa ou área cria um risco significativo de que erros, desvios ou até mesmo fraudes não sejam detectados. Conforme o Guia de Auditoria, a **"concentração de atividades conflitantes" (Fator de Risco)** é uma falha grave que pode levar a **"atividades executadas em desacordo com as políticas" (Risco)**, resultando em investimentos mal alocados, ativos superavaliados ou custos incorretamente capitalizados. A segregação de funções garante que o trabalho de uma área seja, por natureza, verificado e validado pela próxima na cadeia de processos.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima (Nível "IM"), a separação de tarefas deve ser clara, formal e refletida tanto nos procedimentos quanto na prática operacional.

1. **Mapeie e Documente as Funções:** Seu organograma e seus procedimentos operacionais (definidos no CT054) devem descrever formalmente quem é responsável por cada etapa do ciclo de vida do ativo. A melhor prática é ter áreas

distintas para cada função macro: a área de Planejamento/Engenharia aprova e abre os projetos, a área de Suprimentos executa as compras, e a área de Contabilidade/Patrimônio realiza o cadastro e a capitalização dos ativos.

2. **Configure os Perfis de Acesso:** As permissões no seu sistema de gestão de ativos devem espelhar essa separação. O usuário da Engenharia, por exemplo, pode ter permissão para abrir um projeto, mas não para cadastrar um ativo no módulo patrimonial.
3. **Use a Supervisão como Controle Compensatório:** Em equipes menores, onde a segregação ideal é um desafio, o controle exercido pelo gestor ou por um comitê de investimentos torna-se a evidência mais forte. A aprovação formal de um projeto por uma instância superior é um controle compensatório fundamental.

Exemplos Práticos:

- Um prestador terá uma estrutura departamental clara. A Diretoria de Engenharia aprova o plano de investimentos. Um departamento específico de Projetos abre as ordens de investimento no sistema. A área de Suprimentos cuida das licitações e compras. E, finalmente, o departamento de Contabilidade Patrimonial recebe a documentação da obra concluída para cadastrar o novo ativo e iniciar sua depreciação. A evidência é o próprio organograma e os fluxos de aprovação no sistema.
- Um prestador de menor porte pode ter um fluxo mais concentrado, mas a segregação ainda é crucial. O Secretário de Obras ou o Diretor da autarquia pode ser o responsável por aprovar formalmente um novo projeto de investimento. O setor administrativo executa a compra dos materiais. O engenheiro responsável pela obra atesta a conclusão. E, por fim, o contador, com base na documentação, realiza o registro do novo ativo. A evidência para o auditor será a ata de reunião ou o despacho que aprovou o investimento, o processo de compra e o termo de recebimento da obra assinado pelo engenheiro.

CT056: Procedimentos para Gestão de Acessos aos Sistemas de Gestão de Ativos e Investimentos

O que este controle verifica?

Assim como nos módulos comercial e de suprimentos, a metodologia ACERTAR aplica uma rigorosa verificação sobre quem pode entrar e o que pode fazer dentro dos

sistemas que gerenciam o patrimônio e os investimentos do prestador. O controle CT056 avalia a disciplina da organização em todo o ciclo de vida do acesso do usuário, verificando se existem procedimentos formais para:

1. **Concessão:** Como um novo acesso é solicitado, aprovado e criado para um funcionário da engenharia, do patrimônio ou da contabilidade.
2. **Revogação:** Como o acesso é imediatamente removido quando o funcionário é desligado da empresa ou muda de função, deixando de ter necessidade daquele acesso.
3. **Revisão Periódica:** Se existe uma rotina formal (ex: semestral ou anual) para que um gestor responsável verifique e valide se as permissões de acesso de todos os usuários de sua equipe continuam adequadas e necessárias para suas funções atuais.

Por que a auditoria foca nisso?

O sistema de gestão de ativos e investimentos contém informações de altíssimo valor para a empresa. Um acesso indevido pode permitir a criação de um projeto de investimento não autorizado, a alteração do valor de um ativo, a baixa indevida de um bem ou a manipulação das taxas de depreciação. Conforme o *Manual de Melhores Práticas*, um controle de acesso frágil é um **Fator de Risco** que pode levar a um **"acesso indevido e/ou não autorizado"**, comprometendo a integridade da Base de Ativos Regulatória (BAR) e abrindo portas para irregularidades. A auditoria precisa da segurança de que apenas as pessoas estritamente autorizadas podem executar transações neste sistema crítico.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima de confiança (Nível "IM"), não basta ter uma política de acessos; é preciso provar que a rotina de revisão periódica é executada e documentada.

1. **Formalize sua Política:** Crie um documento que descreva o passo a passo para solicitar, aprovar, remover e revisar os acessos aos sistemas de ativos e investimentos.
2. **Execute e Documente a Revisão Periódica:** Este é o ponto mais importante para a auditoria. Defina uma rotina (semestral é uma boa prática) para que o gestor da área de engenharia ou da contabilidade valide formalmente a lista de usuários e seus respectivos perfis de acesso. Guarde esta validação (pode ser um relatório assinado ou um e-mail formal), pois ela será a sua principal evidência.

3. **Integre com o RH:** Garanta que o processo de desligamento de um funcionário inclua, como etapa obrigatória, a solicitação imediata de bloqueio de seu acesso ao sistema de gestão de ativos.

Exemplos Práticos:

- Um prestador geralmente utiliza sistemas de workflow para a gestão de acessos. A revisão periódica é suportada por ferramentas de TI que geram relatórios automáticos para os gestores, que os aprovam eletronicamente. A evidência para o auditor é o próprio log de aprovações do sistema.
- Um prestador de menor porte pode ter um processo mais simples, mas igualmente eficaz. Um novo acesso é solicitado via formulário padrão assinado pelo gestor. A cada seis meses, o responsável pela TI envia uma planilha com os usuários e suas permissões para o Diretor ou Secretário responsável, que responde ao e-mail com a frase: *"De acordo, acessos validados para o primeiro semestre de 2025."* Este e-mail, devidamente arquivado, é uma evidência robusta e perfeitamente aceitável para a auditoria de que a revisão foi executada.

CT057: Monitoramento de Transações Críticas (Trilha de Auditoria) do Processo de Gestão de Ativos

O que este controle verifica?

Este controle é a "caixa-preta" dos seus sistemas de gestão de ativos e investimentos. A auditoria do CT057 avalia se a sua organização tem a capacidade de rastrear e monitorar as ações mais importantes realizadas pelos usuários dentro destes sistemas. A ferramenta para isso é a **trilha de auditoria (ou "log")**, que registra quem fez o quê, em qual tela e em que momento.

Este controle avalia duas etapas fundamentais:

1. **A Geração do Registro:** O sistema está configurado para registrar (logar) as ações críticas, como a criação de um novo projeto, a alteração do valor de um ativo ou a sua baixa definitiva?
2. **A Análise do Registro:** Existe uma rotina formal para que alguém revise esses registros periodicamente em busca de atividades incomuns ou suspeitas?

Por que a auditoria foca nisso?

Este é um controle detetive essencial para a segurança do seu patrimônio. Se um ativo for baixado indevidamente ou se o valor de um projeto de investimento for alterado sem autorização, a trilha de auditoria é a única prova que permite identificar o responsável e a data da ocorrência. Conforme o *Guia de Auditoria*, a **"ausência de rastreamento de transações" (Fator de Risco)** impede a responsabilização por irregularidades e é uma falha grave de controle que compromete a integridade da sua base de ativos.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima (Nível "IM"), não basta apenas ter a trilha de auditoria ativa; é preciso provar que ela é utilizada como uma ferramenta de gestão e monitoramento.

1. **Habilite e Conheça seus Logs:** A primeira ação é confirmar com sua equipe de TI que os sistemas de gestão de ativos e projetos estão, de fato, registrando as transações críticas. Saiba quais relatórios de log o seu sistema pode gerar.
2. **Crie e Execute uma Rotina de Revisão:** Este é o passo mais importante. Defina uma frequência (mensal é uma boa prática) e um responsável (geralmente o gestor contábil ou de controladoria) por analisar esses registros. O objetivo é procurar por padrões estranhos.
3. **Documente a Análise:** A evidência para o auditor não é o log bruto, mas sim o relatório ou a planilha que comprova que a análise foi feita. Um documento simples com a data, o período analisado, a assinatura do responsável e a observação "nenhuma anomalia encontrada" é uma evidência forte e suficiente.

Exemplos Práticos:

- Um prestador pode utilizar ferramentas de TI que geram alertas automáticos para a equipe de segurança sobre qualquer atividade suspeita, como a tentativa de alterar a taxa de depreciação de uma classe de ativos. A evidência para a auditoria são os relatórios de alertas gerados por estas ferramentas.
- Um prestador de menor porte pode ter um processo mais manual, mas igualmente eficaz. O gestor pode, mensalmente, exportar o log de "baixas de ativos" para uma planilha Excel. Ele analisa a lista para garantir que todas as baixas foram devidamente autorizadas. Ao final, ele arquiva a planilha com um e-mail para seu diretor, dizendo: *"Análise de logs de baixas de ativos de Julho/2025 realizada. Todas as baixas estão em conformidade."* Este e-mail, devidamente arquivado, é a sua prova de execução para a auditoria.

CT058: Comunicação Formal para Capitalização de Projetos

O que este controle verifica?

Este controle foca no "ponto de virada" do ciclo de vida de um ativo. A auditoria do CT058 verifica se existe um procedimento formal e consistente para que a área técnica (Engenharia, Operações) comunique à área Contábil/Patrimonial sobre o encerramento de um projeto de investimento. O objetivo é garantir que essa comunicação dispare os lançamentos contábeis necessários para transferir o valor do projeto da conta de **"Obras em Andamento"** (ou "Ativo em Andamento") para a conta de **"Ativo em Operação"** (ou "Imobilizado em Serviço").

Por que a auditoria foca nisso?

Esta comunicação é o gatilho que inicia a depreciação de um ativo e o torna elegível para compor a Base de Ativos Regulatória (BAR). A ausência de um fluxo de comunicação formal é um **Fator de Risco** gravíssimo que, conforme o *Manual de Melhores Práticas*, leva diretamente ao **Risco** de "Informações contábeis incorretas". Uma falha neste ponto pode causar distorções severas:

- **BAR Incorreta:** Ativos que já estão em operação podem permanecer indefinidamente na conta de "Obras em Andamento", não sendo depreciados e, pior, correndo o risco de não serem corretamente incluídos na base de remuneração tarifária.
- **Custos Distorcidos:** A depreciação, que é um custo operacional relevante, não é reconhecida, fazendo com que o custo do serviço prestado pareça artificialmente menor do que realmente é.
- **Ativos "Fantasma":** O ativo está fisicamente operando, mas, para fins contábeis e gerenciais, ele ainda não "existe" como um bem operacional.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima (Nível "IM"), o processo de comunicação deve ser uma rotina obrigatória, documentada e, principalmente, tempestiva.

1. **Formalize o Processo:** O seu procedimento de Gestão de Ativos (definido no CT054) deve especificar qual documento oficializa o encerramento de um projeto. Pode ser um "Termo de Encerramento de Obra", um relatório final de projeto ou um formulário específico.

2. **Defina Responsáveis e Prazos:** O procedimento deve deixar claro quem é o responsável por emitir este comunicado (ex: o engenheiro fiscal da obra) e qual o prazo máximo para fazê-lo após a conclusão física do projeto.
3. **Execute e Arquive a Evidência:** Este é o ponto crucial. Para cada projeto concluído, o documento formal de comunicação deve ser gerado, assinado e devidamente arquivado junto à documentação contábil.
4. **Esteja Pronto para a Amostragem:** O auditor selecionará uma amostra de projetos encerrados no período e solicitará, para cada um, a evidência da comunicação formal à contabilidade.

Exemplos Práticos:

- Um prestador pode utilizar um sistema integrado de gestão de projetos. Ao marcar o status do projeto como "Concluído", o sistema automaticamente gera uma notificação ou uma tarefa para o departamento de Contabilidade Patrimonial, que dá início ao processo de capitalização. A evidência para o auditor é o próprio histórico de status e tarefas do sistema.
- Um prestador de menor porte pode ter um processo baseado em documentos. Ao finalizar a construção de uma nova adutora, o engenheiro responsável preenche um **"Termo de Recebimento e Encerramento de Obra"**. Este documento é assinado pelo Diretor ou Secretário de Obras e protocolado no setor de Contabilidade. O contador arquiva este termo e o utiliza como documento-suporte para o lançamento contábil que transfere o valor de "Obras em Andamento" para "Redes de Distribuição". Este termo assinado é a evidência perfeita para a auditoria.

CT059: Análise Periódica dos Ativos em Operação (Valor Justo e Teste de *Impairment*)

O que este controle verifica?

Este controle avalia se o prestador possui uma rotina formal para analisar periodicamente o valor dos seus ativos em operação, a fim de verificar se ocorreram mudanças significativas que exijam um ajuste contábil. A auditoria foca em duas análises principais, conforme as normas contábeis:

1. **Reavaliação (Valor Justo):** Verificar se o valor de um ativo ou de uma classe de ativos se tornou significativamente diferente do seu valor contábil (custo - depreciação acumulada).
2. ***Teste de Impairment* (Recuperabilidade):** Avaliar se um ativo está desvalorizado, ou seja, se o seu valor contábil não é mais recuperável através do seu uso ou venda.

Crucialmente, o controle verifica se qualquer ajuste decorrente dessas análises está suportado por um **laudo técnico emitido por uma empresa especializada ou por uma área interna competente e independente**.

Por que a auditoria foca nisso?

O valor dos ativos impacta diretamente o patrimônio líquido da empresa e a base de remuneração regulatória. A ausência de uma análise periódica é um **Fator de Risco** que pode levar a dois **Riscos** principais: "Super ou subavaliação dos ativos da Companhia" e "Informações contábeis incorretas". Um ativo superavaliado pode inflar artificialmente a BAR, levando a tarifas mais altas que o justo. Um ativo subavaliado pode prejudicar a capacidade de remuneração do prestador.

O auditor foca neste controle para garantir que o balanço patrimonial reflita a realidade econômica e que qualquer ajuste significativo seja baseado em uma avaliação técnica e imparcial, e não em uma decisão arbitrária. A exigência de um laudo é a garantia dessa imparcialidade.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima (Nível "IM"), o prestador deve demonstrar que possui um processo formal de análise e que qualquer ajuste realizado no período foi devidamente suportado por laudos técnicos.

1. **Estabeleça uma Rotina de Análise:** Defina em seu procedimento (CT054) a periodicidade e os critérios para realizar a análise de *impairment* ou reavaliação dos seus principais ativos. A legislação contábil geralmente exige uma análise anual.
2. **Contrate Especialistas ou Capacite uma Equipe Interna:** Para realizar reavaliações, especialmente de ativos complexos como redes e estações, é fundamental contar com o suporte de empresas de engenharia de avaliações ou ter uma equipe interna com a devida competência e independência para emitir laudos.
3. **Documente e Arquive os Laudos:** A evidência principal para o auditor será o laudo técnico que justificou o ajuste contábil. Para cada reavaliação ou teste de

impairment realizado, o laudo correspondente deve ser arquivado junto com os registros contábeis.

Exemplos Práticos:

- Um prestador, ao final do ano fiscal, contrata uma consultoria de engenharia para realizar o teste de *impairment* de suas principais Estações de Tratamento. A consultoria emite um laudo técnico que conclui que a ETE "Central" está com seu valor contábil adequado, mas a ETE "Norte" precisa de um ajuste de redução ao valor recuperável. A evidência para o auditor será o contrato com a consultoria e o laudo técnico detalhado que suportou o lançamento contábil de ajuste.
- Um prestador de menor porte pode realizar uma análise interna. O engenheiro da autarquia, por exemplo, pode emitir um parecer técnico sobre a frota de veículos, indicando que, devido a um desgaste acelerado, o valor contábil de três caminhões está acima do seu valor de mercado (valor justo). Com base neste parecer, a contabilidade realiza o ajuste. A evidência para o auditor será o parecer técnico assinado pelo engenheiro e o correspondente lançamento contábil.

CT060: Cálculo Automático Mensal da Depreciação/Amortização dos Ativos

O que este controle verifica?

Este controle testa a eficiência e a confiabilidade do "motor" de cálculo de depreciação do prestador. A auditoria do CT060 verifica se o processo de apuração mensal da depreciação (para ativos tangíveis) e da amortização (para ativos intangíveis) é realizado de forma **automática** pelo sistema de gestão de ativos.

O auditor quer ter certeza de que o cálculo não depende de planilhas manuais ou de intervenções esporádicas, mas sim de uma rotina sistêmica que utiliza as taxas e a vida útil previamente estabelecidas para cada categoria de ativo.

Por que a auditoria foca nisso?

A depreciação é uma despesa não-caixa, mas tem um impacto imenso na apuração dos custos dos serviços e, consequentemente, no resultado financeiro da empresa. Mais importante ainda, ela é o mecanismo que atualiza o valor da Base de Ativos

Regulatória (BAR). Um cálculo de depreciação incorreto, seja para mais ou para menos, distorce diretamente o valor da BAR, o que pode levar a tarifas inadequadas.

Conforme o *Guia de Auditoria*, a **"Ausência de cálculo automático da depreciação ou amortização" (Fator de Risco)** é uma vulnerabilidade que leva diretamente a **"Informações contábeis incorretas" (Risco)**. O cálculo manual é extremamente propenso a erros, esquecimentos e inconsistências, riscos que a automação mitiga de forma eficaz.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima de confiança (Nível "IM"), o sistema deve ser o protagonista do processo, executando os cálculos de forma autônoma e precisa.

1. **Parametrize seu Sistema Corretamente:** Garanta que o seu módulo de gestão de ativos esteja configurado com as taxas de depreciação e a vida útil corretas para cada classe de ativo (ex: redes, edificações, veículos, equipamentos), de acordo com a legislação fiscal e as normas contábeis.
2. **Confie na Rotina do Sistema:** O cálculo mensal da depreciação deve ser uma rotina padrão executada pelo sistema. Evite o uso de planilhas paralelas como ferramenta principal de cálculo. O sistema deve ser a única fonte da verdade.
3. **Esteja Pronto para o Recálculo:** A principal evidência para o auditor será um teste de recálculo. Ele selecionará uma amostra de um ou dois ativos, consultará seu valor de aquisição e a taxa de depreciação cadastrada no sistema, e fará o cálculo manual da depreciação para um determinado mês. O resultado obtido pelo auditor deve ser idêntico ao valor calculado e registrado pelo seu sistema.

Exemplos Práticos:

- Um prestador utiliza um sistema ERP integrado. No último dia de cada mês, uma rotina automática ("job") é executada, calculando a depreciação de todos os ativos em operação e gerando o lançamento contábil correspondente, que é postado diretamente no módulo de contabilidade. A evidência é a demonstração desta rotina e do lançamento gerado.
- Um prestador de menor porte pode ter um módulo de patrimônio mais simples. O contador executa o comando "Calcular Depreciação do Mês". O sistema processa todos os ativos e gera um relatório com o valor da depreciação para cada um e o total. Embora o contador talvez precise digitar manualmente o lançamento-resumo no sistema de contabilidade, o **cálculo** em si foi automático. A evidência para o auditor é mostrar o relatório gerado pelo sistema e como o valor total bate com o lançamento contábil efetuado. O cenário que

leva a uma nota baixa é a exportação da lista de ativos para o Excel para calcular a depreciação de cada item em uma planilha.

CT061: Revisão Independente dos Itens Inseridos nos Ativos

O que este controle verifica?

Este controle verifica a existência de um processo de "dupla checagem" para cada novo ativo que é formalmente registrado no sistema. A auditoria do CT061 avalia se, após um funcionário cadastrar um novo bem no ativo imobilizado ou intangível, existe uma **revisão formal e independente** por outro funcionário qualificado.

O objetivo dessa revisão é garantir que os parâmetros mais críticos do ativo, que impactarão seus registros contábeis por toda a sua existência, foram cadastrados corretamente. A revisão deve cobrir, no mínimo:

- A **classe** ou categoria do ativo (ex: Edificações, Redes, Máquinas e Equipamentos).
- A **vida útil** atribuída.
- A **taxa de depreciação ou amortização** correspondente.

Por que a auditoria foca nisso?

Um erro no momento do cadastro de um ativo é um problema que se multiplica ao longo do tempo. Atribuir uma vida útil incorreta a uma nova adutora, por exemplo, resultará em um cálculo de depreciação errado todos os meses, por décadas. Essa distorção cumulativa afeta diretamente o custo dos serviços e a Base de Ativos Regulatória (BAR).

Conforme o *Manual de Melhores Práticas*, a ausência de uma revisão formal (**Fator de Risco**) e a execução de atividades conflitantes pela mesma pessoa (**Fator de Risco**) são falhas que levam a **Informações Contábeis Incorretas (Risco)**. A revisão independente é o controle preventivo mais eficaz para mitigar o risco de erro humano ou de má classificação no momento mais crítico: a criação do registro do ativo.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima de confiança (Nível "IM"), não basta apenas cadastrar os ativos corretamente; é preciso provar que eles foram revisados por uma pessoa diferente daquela que fez o registro inicial.

1. **Estabeleça a Revisão Independente:** Defina em seu procedimento (CT054) que os ativos cadastrados por um analista devem ser obrigatoriamente conferidos e aprovados por outro, idealmente um supervisor ou um colega mais experiente.
2. **Documente a Aprovação:** A prova da conferência deve ser um registro formal e não pode ser uma validação verbal.
3. **Guarde as Evidências:** A auditoria será feita por amostragem. Para cada novo ativo selecionado, você precisará apresentar a prova da conferência e aprovação. A evidência pode ser a assinatura do revisor na ficha de cadastro do ativo, uma aprovação formal por e-mail ou o registro da aprovação em um sistema de workflow.

Exemplos Práticos:

- Um prestador geralmente possui um fluxo de trabalho eletrônico em seu sistema. O analista patrimonial cadastra o novo ativo, e o sistema o submete para a "caixa de entrada" de seu coordenador. O coordenador revisa todos os campos-chave (classe, valor, vida útil) e, estando corretos, aprova eletronicamente, o que "libera" o ativo para começar a ser depreciado. A evidência é o próprio log de aprovação no sistema.
- Um prestador de menor porte pode usar um controle baseado em documentos. O funcionário do setor administrativo/contábil preenche uma **"Ficha de Cadastramento de Ativo"** e imprime. Ele então leva esta ficha ao Contador ou ao Diretor Administrativo, que a confere detalhadamente. Se estiver tudo certo, o gestor assina e data o documento no campo "Conferido por". Esta ficha, assinada pelo preparador e pelo revisor, é arquivada na pasta do ativo junto com a nota fiscal e é a evidência perfeita para a auditoria.

CT062: Procedimentos Formais para Cálculo e Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

O que este controle verifica?

Este controle foca na prudência contábil e na correta avaliação do ativo "Contas a Receber". A auditoria do CT062 verifica se o prestador possui um processo formal, baseado em critérios definidos e com revisão independente, para calcular a PCLD (também conhecida como PDD - Provisão para Devedores Duvidosos).

Em termos simples, a PCLD é uma reserva que a empresa faz para cobrir as perdas esperadas com clientes que provavelmente não pagarão suas contas. O controle avalia duas etapas essenciais:

1. **A Metodologia de Cálculo:** Existe um procedimento formal que define os critérios para o cálculo da provisão? (ex: percentuais aplicados sobre as faturas vencidas por faixa de atraso).
2. **A Revisão Independente:** O cálculo da provisão, que envolve estimativas, é revisado e aprovado por um funcionário independente (geralmente um supervisor ou gerente) antes de ser lançado na contabilidade?

Por que a auditoria foca nisso?

A PCLD é uma das estimativas contábeis mais importantes. Se a provisão for calculada para menos (subestimada), o ativo "Contas a Receber" e o lucro da empresa ficarão artificialmente inflados. Se for calculada para mais (superestimada), o efeito é o oposto. Conforme o *Manual de Melhores Práticas*, a **"constituição de provisão para devedores duvidosos sem procedimentos formais de cálculo e/ou sem revisão adequada" (Fator de Risco)** é uma falha de controle que leva diretamente a **"Informações contábeis incorretas" (Risco)**.

O auditor foca neste controle para garantir que esta estimativa crítica não seja arbitrária, mas sim baseada em um método consistente, razoável e, fundamentalmente, revisado por quatro olhos, o que aumenta significativamente a sua confiabilidade.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima (Nível "IM"), o processo de cálculo da PCLD deve ser metódico e documentado, com evidências claras da revisão independente.

1. **Formalize sua Metodologia:** Crie um procedimento formal (pode ser uma seção do seu manual contábil) que detalhe os critérios para o cálculo da PCLD. A prática mais comum é a análise da carteira de recebíveis por faixa de vencimento ("aging list"), aplicando-se percentuais de provisionamento crescentes para as faturas mais antigas.
2. **Execute a Revisão Independente:** O cálculo, muitas vezes realizado em uma planilha por um analista, deve ser obrigatoriamente revisado e aprovado por um supervisor (como o Contador ou o Diretor Financeiro) antes que o lançamento contábil seja efetuado.
3. **Documente e Arquive a "Memória de Cálculo":** A principal evidência para o auditor será a planilha ou o relatório que demonstra o cálculo da PCLD. Este

documento deve mostrar claramente os dados base (o "aging list"), os critérios (percentuais) aplicados e, crucialmente, a assinatura ou aprovação formal do revisor.

Exemplos Práticos:

- Um prestador pode ter seu sistema ERP configurado para gerar automaticamente o relatório de "aging list". Um analista contábil aplica, em uma planilha padronizada, os percentuais de provisionamento definidos na política contábil da empresa. O sistema de gestão documental então submete esta planilha a um fluxo de trabalho para aprovação eletrônica do gerente de contabilidade. A evidência é o log de aprovação no sistema.
- Um prestador de menor porte pode ter um processo igualmente robusto. O contador extrai do sistema comercial um relatório de faturas em aberto, classificando-as por tempo de vencimento em uma planilha Excel. Ele aplica os percentuais definidos no seu "Procedimento Contábil" e chega ao valor da provisão. Em seguida, ele imprime a folha de resumo da planilha e a leva para o Diretor Administrativo, que a revisa, assina e data. Esta folha de resumo assinada, arquivada junto com o lançamento contábil, é a evidência perfeita para a auditoria.

CT071: Realização Periódica de Inventário Físico de Bens

O que este controle verifica?

Este controle é a "prova real" da gestão de ativos, conectando o mundo dos registros contábeis com a realidade física. A auditoria do CT071 verifica se o prestador possui uma rotina formal e periódica para **conduzir um inventário físico** de seus bens (como veículos, bombas, equipamentos de laboratório, computadores, etc.).

Além da simples contagem, o controle avalia uma segunda etapa, que é igualmente crucial: se os **ajustes provenientes do resultado do inventário** são devidamente realizados na contabilidade. Isso significa que, se um ativo registrado não for encontrado, ele deve ser baixado; se um ativo for encontrado e não estiver registrado, sua situação deve ser regularizada.

Por que a auditoria foca nisso?

Com o tempo, é natural que ocorram discrepâncias entre o registro contábil e o mundo físico. Ativos podem ser sucateados sem a devida baixa formal, transferidos de local sem atualização do registro, ou até mesmo furtados. Manter "ativos fantasmas" nos registros contábeis infla artificialmente o valor do patrimônio da empresa e, consequentemente, a sua Base de Ativos Regulatória (BAR).

Conforme o *Guia de Auditoria*, a **"ausência de inventários periódicos dos bens registrados no ativo em operação" (Fator de Risco)** é uma falha de controle que leva diretamente a **"Informações contábeis incorretas" (Risco)**. O auditor foca neste controle para ter a segurança de que os ativos que estão sendo depreciados e que compõem a base de remuneração tarifária realmente existem e estão a serviço da operação.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima de confiança (Nível "IM"), o processo de inventário deve ser uma rotina estabelecida, com resultados formalizados e devidamente refletidos na contabilidade.

1. **Estabeleça um Procedimento de Inventário:** Defina em seu manual (CT054) a periodicidade (anual é a prática mais comum, mas pode ser rotativo), o escopo (quais classes de ativos serão inventariadas) e os responsáveis pela execução do inventário.
2. **Execute o Inventário e Documente os Resultados:** Realize a contagem física e elabore um relatório formal de inventário. Este relatório é a peça central e deve listar claramente todas as divergências encontradas (sobras e faltas).
3. **Realize os Ajustes Contábeis:** O passo mais importante é usar o relatório de inventário como base para realizar os ajustes na contabilidade. Isso significa obter as devidas aprovações para dar baixa nos ativos não localizados.
4. **Guarde as Evidências:** A principal evidência para o auditor será o **relatório de inventário** e os **lançamentos contábeis** de ajuste que foram feitos com base nele.

Exemplos Práticos:

- Um prestador pode ter uma equipe de controle patrimonial que realiza o inventário de forma rotativa ao longo do ano, utilizando coletores de dados com leitor de código de barras para agilizar o processo. O sistema de gestão de ativos gera automaticamente um "Relatório de Divergências", que é encaminhado para a contabilidade para os devidos ajustes, após aprovação da diretoria. A evidência é o plano de inventário, os relatórios sistêmicos e os lançamentos de baixa.

- Um prestador de menor porte pode realizar um inventário anual. O Diretor designa uma comissão com dois funcionários de áreas distintas para garantir a independência. Com uma listagem dos ativos impressa, eles percorrem as instalações e verificam fisicamente cada item. Ao final, elaboram um relatório simples e assinado: *"Conforme inventário realizado em Dez/2025, constatou-se a ausência do computador patrimônio nº 789 e da bomba reserva patrimônio nº 123."* Este relatório é a autorização para o contador realizar o lançamento de baixa dos bens. O relatório assinado e o lançamento contábil são as evidências perfeitas para a auditoria.

CT072: Utilização de Sistema para Gerenciamento Financeiro de Projetos de Investimento

O que este controle verifica?

Este controle avalia a ferramenta que o prestador utiliza para gerenciar os custos de seus projetos de investimento enquanto eles estão em andamento. A auditoria do CT072 verifica se a organização utiliza um **sistema de gestão** (e não planilhas avulsas ou controles manuais) para:

1. Cadastrar individualmente cada projeto de investimento (ex: a construção de um novo reservatório ou a expansão da rede de um bairro).
2. Possuir uma estrutura analítica (como uma "Ordem de Investimento", um "Centro de Custo de Projeto" ou um código de projeto específico) que permita o **acompanhamento detalhado de todos os custos incorridos** em cada projeto.

Por que a auditoria foca nisso?

O valor final de um novo ativo que será incorporado à Base de Ativos Regulatória (BAR) deve ser a soma precisa de todos os custos incorridos em sua construção. Tentar apurar este valor retroativamente, consolidando notas fiscais e relatórios de mão de obra de forma manual, é uma receita para o desastre.

Conforme o *Guia de Auditoria*, a **"Ausência de sistemas para gestão financeira dos projetos de investimentos" (Fator de Risco)** é uma falha crítica que pode levar à **"Super ou subavaliação dos ativos" (Risco)** e a **"Informações contábeis incorretas" (Risco)**. Um sistema dedicado garante que cada real gasto em um projeto seja corretamente alocado, criando uma trilha de auditoria clara e um valor final de capitalização preciso e defensável.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima de confiança (Nível "IM"), o prestador deve demonstrar que utiliza uma ferramenta sistêmica para o controle financeiro de seus investimentos.

1. **Utilize um Sistema ou Módulo Apropriado:** A melhor prática é usar um módulo de projetos dentro de um sistema de gestão integrado (ERP) ou, no mínimo, utilizar a funcionalidade de "Centro de Custo" ou "Ordem Interna" para cada projeto. O uso exclusivo de planilhas Excel para este controle levará a uma nota baixa.
2. **Crie um "Contêiner de Custos" para Cada Projeto:** Antes de iniciar qualquer gasto, crie o projeto ou a ordem de investimento no sistema. Este será o "contêiner" onde todos os custos serão alocados.
3. **Vincule Todos os Custos ao Projeto:** Crie a rotina de que toda requisição de compra, pedido de serviço ou alocação de mão de obra própria para um projeto deve, obrigatoriamente, fazer referência ao seu respectivo código no sistema.
4. **Esteja Pronto para a Demonstração:** A principal evidência para o auditor será um *walkthrough*. Ele pedirá para ver um projeto de investimento no sistema e, em seguida, solicitará um relatório sistêmico que demonstre todos os custos que foram alocados àquele projeto específico.

Exemplos Práticos:

- Um prestador utiliza um módulo de Projetos (PS) em seu sistema ERP. Para a obra de uma nova Estação Elevatória, é criado um projeto com uma estrutura analítica detalhada (WBS). Todos os pedidos de compra de equipamentos e os contratos de serviços de construção civil são obrigatoriamente vinculados a este projeto. O gerente de projetos consegue extrair relatórios de "realizado vs. orçado" em tempo real.
- Um prestador de menor porte pode não ter um módulo de projetos, mas seu sistema contábil permite a criação de centros de custo. Para a "Expansão da Rede do Bairro Sol Nascente", ele cria o centro de custo "INV-REDE-SOL". Todas as notas fiscais de tubos e os pagamentos da mão de obra terceirizada para essa obra são lançados nesse centro de custo. Ao final da obra, o contador consegue emitir um razão contábil apenas daquele centro de custo para saber o valor total a ser capitalizado. O importante é o uso de uma funcionalidade **sistêmica e integrada** para agrupar os custos.

CT073: Abertura Formal dos Projetos de Investimento Contendo a Fonte de Recursos

O que este controle verifica?

Este controle vai além de simplesmente verificar se um projeto foi criado em um sistema; ele avalia a qualidade e a completude da informação no momento da sua formalização. O CT073 verifica especificamente se, no ato da abertura formal de um projeto de investimento, o prestador define e registra claramente qual será a sua **fonte de recursos**.

Conforme o *Manual de Melhores Práticas*, essa identificação é crucial e deve classificar os recursos em uma das três categorias:

- **Recursos próprios:** Capital gerado pela própria operação do prestador.
- **Recursos onerosos:** Financiamentos, empréstimos ou debêntures que geram custos financeiros (juros).
- **Recursos não onerosos:** Verbas a fundo perdido, doações de entes públicos ou outras fontes que não exigem contrapartida financeira.

Por que a auditoria foca nisso?

Saber de onde vem o dinheiro para um investimento é uma informação basilar para a gestão financeira, contábil e regulatória. A ausência dessa segregação desde o início do projeto é um **Fator de Risco** que pode levar a **Informações Contábeis Incorretas (Risco)**. A fonte dos recursos impacta o fluxo de caixa, o endividamento, as despesas financeiras e as obrigações de prestação de contas. Para o SNIS, por exemplo, essa é uma informação obrigatória. O auditor foca neste controle para garantir que o prestador tenha planejamento e controle financeiro sobre seus investimentos, e não apenas controle físico.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima (Nível "IM"), a definição da fonte de recursos deve ser uma etapa obrigatória e documentada no processo de abertura de qualquer projeto.

1. **Formalize a Exigência:** O seu procedimento de investimentos (CT054) deve estabelecer que nenhum projeto pode ser formalmente iniciado sem a clara identificação de sua estrutura de capital (fonte dos recursos).
2. **Use Ferramentas de Controle:** A melhor maneira de garantir a execução é tornar o campo "Fonte de Recursos" obrigatório no formulário (físico ou sistêmico) de abertura de projetos.

3. **Guarde a Evidência de Abertura:** O documento que formaliza a abertura do projeto (seja um "Termo de Abertura", um formulário de solicitação ou o registro no sistema) é a sua principal evidência. Ele deve conter explicitamente a fonte dos recursos.
4. **Esteja Pronto para a Amostragem:** O auditor selecionará uma amostra de projetos iniciados no período e solicitará, para cada um, o documento de abertura para verificar se a fonte de recursos foi devidamente registrada.

Exemplos Práticos:

- Um prestador utiliza um sistema onde, para criar um novo "elemento PEP" (Estrutura Analítica de Projeto), o solicitante é obrigado a preencher um campo "Fonte de Recurso" a partir de uma lista pré-definida (ex: "Capital Próprio", "Financiamento CEF", "Recursos Tesouro Municipal"). O sistema não permite a criação do projeto sem essa informação. A evidência é a própria tela do sistema.
- Um prestador de menor porte pode utilizar um formulário padrão chamado **"Solicitação de Abertura de Projeto"**. Este formulário possui um campo obrigatório denominado "Origem dos Recursos para o Investimento", que deve ser preenchido e depois assinado pelo Diretor antes que qualquer compra para o projeto seja autorizada. Este formulário preenchido e assinado, devidamente arquivado, é a evidência fundamental para a auditoria.

CT074: Abertura Formal dos Projetos de Investimento Contendo o Destino/Objetivo

O que este controle verifica?

Este controle é o "parceiro" direto do CT073. Enquanto o anterior se preocupava com *de onde vem* o recurso, o CT074 foca em *para onde vai* o investimento. A auditoria verifica se, no momento da abertura formal de um projeto, o prestador define e registra de forma inequívoca qual é o seu **destino ou objetivo principal**.

Conforme o *Manual de Melhores Práticas*, essa classificação é fundamental e deve seguir a segregação exigida pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS/SINISA):

- **Abastecimento de água;**
- **Esgotamento sanitário;**
- **Outros investimentos** (relacionados à estrutura administrativa, por exemplo).

Por que a auditoria foca nisso?

A segregação dos investimentos por tipo de serviço (água vs. esgoto) é uma das informações mais importantes para a regulação e para a gestão estratégica. É através dela que a agência reguladora e a sociedade podem avaliar se os investimentos estão alinhados com as metas contratuais de universalização e melhoria de cada serviço.

A ausência dessa classificação desde o início do projeto (**Fator de Risco**) torna a prestação de contas ao SNIS/SINISA um exercício de estimativa imprecisa no final do ano, levando a **"Informações contábeis incorretas" (Risco)**. O auditor precisa garantir que o prestador tenha um processo que conecte o projeto físico (a obra) à sua correta classificação regulatória desde o primeiro dia.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima de confiança (Nível "IM"), a definição do destino do investimento deve ser uma etapa obrigatória e documentada no processo de abertura de qualquer projeto.

1. **Formalize a Exigência:** O seu procedimento de investimentos (CT054) deve estabelecer que todo projeto precisa ser classificado como "Água", "Esgoto" ou "Outros" no momento de sua criação.
2. **Utilize Ferramentas de Controle:** A forma mais eficaz de garantir a execução é tornar o campo "Destino do Investimento" obrigatório no formulário (físico ou sistêmico) de abertura de projetos, idealmente com uma lista de seleção.
3. **Guarde a Evidência de Abertura:** O documento que formaliza a criação do projeto é a sua principal evidência. Ele deve conter explicitamente a classificação do investimento.
4. **Esteja Pronto para a Amostragem:** O auditor selecionará uma amostra de projetos iniciados no período e solicitará, para cada um, o documento de abertura para verificar se o destino do investimento foi devidamente registrado.

Exemplos Práticos:

- Um prestador, ao criar um novo projeto em seu sistema, é obrigado a selecionar o "Tipo de Investimento" em um campo obrigatório. Essa classificação é então usada para gerar todos os relatórios gerenciais e regulatórios de forma automática, segregando os custos e o progresso por serviço. A evidência é a própria tela do sistema.
- Um prestador de menor porte pode usar o mesmo formulário de "Solicitação de Abertura de Projeto" do controle anterior. Neste formulário, haverá uma seção obrigatória chamada "Aplicação do Investimento", com checkboxes para

"Sistema de Abastecimento de Água", "Sistema de Esgotamento Sanitário" e "Outros". O engenheiro que preenche a solicitação deve, obrigatoriamente, marcar uma das opções. Este formulário, assinado pelo Diretor, é a evidência robusta para a auditoria.

CT075: Bloqueio de Lançamentos em Projetos de Investimentos Encerrados

O que este controle verifica?

Este é um controle de finalização, um "selo de garantia" sistêmico. A auditoria do CT075 verifica se o seu sistema de gestão possui uma funcionalidade para **bloquear automaticamente** qualquer novo lançamento contábil ou financeiro (como um pedido de compra, uma nota fiscal ou uma alocação de horas) em um projeto de investimento que já foi formalmente encerrado.

Em outras palavras, uma vez que um projeto é concluído e seu custo total é apurado para capitalização, o sistema deve "fechar a porta", impedindo que novos custos sejam alocados a ele.

Por que a auditoria foca nisso?

Permitir que novos custos sejam lançados em um projeto já encerrado é uma falha de controle grave que compromete a integridade do valor dos seus ativos. Se um projeto já foi capitalizado por R$ 1 milhão, mas uma nota fiscal de R$ 50 mil referente a ele é lançada posteriormente, esse custo adicional pode se perder ou ser incorretamente classificado como despesa operacional, distorcendo os resultados.

Conforme o *Guia de Auditoria*, a **"Ausência de bloqueio sistêmico para impossibilitar lançamentos financeiros e contábeis em projetos de investimentos encerrados" (Fator de Risco)** leva diretamente a **"Informações contábeis incorretas" (Risco)**. O auditor foca neste controle para garantir que exista um ponto de corte definitivo para a apuração dos custos de um projeto, assegurando que o valor capitalizado como ativo seja completo e preciso.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima de confiança (Nível "IM"), esta funcionalidade de bloqueio deve ser uma característica padrão do seu sistema e do seu processo.

1. **Configure seu Sistema:** Trabalhe com sua equipe de TI ou com o fornecedor do seu software para garantir que a alteração do status de um projeto para

"Encerrado", "Liquidado" ou "Capitalizado" automaticamente o bloqueie para novos lançamentos.

2. **Formalize o Processo de Encerramento:** O seu procedimento de gestão de investimentos deve incluir, como passo final, a alteração do status do projeto no sistema para acionar este bloqueio.
3. **Esteja Pronto para a Demonstração:** A principal evidência para este controle é um teste prático. O auditor pedirá para que o operador selecione um projeto já concluído no sistema e, em seguida, tente lançar um novo custo contra ele (ex: criar uma requisição de compra). O sistema deve, obrigatoriamente, exibir uma mensagem de erro e impedir a transação.

Exemplos Práticos:

- Um prestador, em seu sistema ERP, altera o status de um projeto para "TECO - Tecnicamente Concluído". A partir desse momento, qualquer tentativa de imputar um novo custo ao projeto resulta em uma mensagem de erro sistêmica, como: "Lançamento não permitido no objeto XXX, status 'Encerrado'". A evidência é a demonstração ao vivo desta funcionalidade.
- Um prestador de menor porte, em seu sistema de contabilidade/compras, possui um campo de "status" para cada centro de custo de investimento ("Aberto" ou "Fechado"). Ao concluir o projeto, o contador altera o status para "Fechado". A partir daí, ao tentar criar um pedido de compra e selecionar aquele centro de custo, o sistema deve apresentar um alerta e não permitir o prosseguimento. A ausência desta trava sistêmica é uma fragilidade de controle relevante, pois depender apenas da memória do funcionário para não lançar em projetos encerrados não é considerado um controle eficaz.

CT076: Critérios para Capitalização de Despesas de Áreas Internas

O que este controle verifica?

Este controle foca em um aspecto avançado da contabilidade de custos: a capitalização de despesas internas. A auditoria do CT076 verifica se o prestador possui **critérios formais e definidos** para alocar os custos de suas próprias equipes de suporte (como as áreas de Gerenciamento de Projetos e Fiscalização de Obras) aos projetos de investimento nos quais elas trabalham.

Em vez de tratar o salário de um engenheiro de projetos como uma despesa administrativa do mês, este controle avalia se uma porção desse custo é corretamente "ativada", ou seja, somada ao valor do ativo que ele ajudou a construir.

Por que a auditoria foca nisso?

Muitos prestadores possuem equipes internas dedicadas exclusivamente a projetos de expansão e melhoria. Os custos dessas equipes (salários, encargos, etc.) são, na essência, parte do custo de construção dos novos ativos.

- **Se esses custos não são capitalizados:** O valor dos novos ativos fica subavaliado, prejudicando a BAR, ao mesmo tempo em que as despesas operacionais ficam superavaliadas, distorcendo o resultado da operação.
- **Se esses custos são capitalizados sem critério:** A alocação pode ser arbitrária, abrindo margem para manipulação dos resultados, com o risco de inflar indevidamente a BAR.

A ausência de critérios formais (**Fator de Risco**) leva diretamente a **"Informações contábeis incorretas" (Risco)**. O auditor foca neste controle para garantir que, caso o prestador capitalize custos internos, ele o faça com base em uma metodologia razoável, consistente e auditável.

Como se preparar para uma boa avaliação?

Para alcançar a nota máxima de confiança (Nível "IM"), o prestador precisa demonstrar que possui uma metodologia de capitalização de custos internos que seja lógica e formalmente documentada.

1. **Defina e Formalize os Critérios:** O passo mais importante é criar um documento formal (uma Norma Contábil ou um POP) que explique a metodologia. A base de alocação mais comum e defensável é o **apontamento de horas** dos funcionários em cada projeto. Alternativamente, pode-se usar um percentual fixo, desde que seja suportado por um estudo que justifique sua razoabilidade.
2. **Elabore a "Memória de Cálculo":** Periodicamente (geralmente, todo mês), deve ser preparada uma planilha ou relatório que demonstre a aplicação do critério. Este documento, a "memória de cálculo", deve ser o suporte para o lançamento contábil.
3. **Guarde as Evidências:** A principal evidência para o auditor será a combinação do **procedimento formal** que define os critérios com as **memórias de cálculo** que demonstram sua aplicação ao longo do período.

Exemplos Práticos:

- Um prestador pode exigir que seus engenheiros e gerentes de projeto preencham *timesheets* (planilhas de horas) semanais em um sistema, alocando suas horas aos diferentes projetos em que trabalharam. No final do mês, uma rotina sistêmica calcula o custo da mão de obra para cada projeto e gera o lançamento contábil de capitalização. A evidência para o auditor é a norma de apontamento de horas, os relatórios de horas do sistema e os lançamentos automáticos.
- Um prestador de menor porte possui um engenheiro que dedica cerca de 70% do seu tempo à fiscalização de novas obras e 30% a manutenções operacionais. A autarquia cria um "Critério de Capitalização de Mão de Obra" formal, aprovado pelo Diretor, que estabelece essa divisão. Mensalmente, o contador, em uma planilha de "memória de cálculo", apura 70% do custo total do engenheiro (salário + encargos) e lança este valor como "Obras em Andamento", debitando-o proporcionalmente aos projetos em execução. A evidência é o critério formal e as planilhas mensais de cálculo.

Conclusão - Da Despesa ao Ativo Estratégico

Ao percorrermos a jornada pelos Testes de Controle da Gestão de Ativos e Investimentos, fica claro que este processo é muito mais do que uma simples função contábil de registrar bens e calcular a depreciação. Trata-se do ciclo que materializa a capacidade de prestação de serviços, transformando recursos financeiros em infraestrutura operacional e garantindo que este patrimônio seja gerido com a máxima eficiência, transparência e responsabilidade.

A mensagem central que a Metodologia Acertar busca transmitir é que a excelência na gestão de ativos e investimentos não é um fardo, mas sim a base para a sustentabilidade de longo prazo do prestador de serviços. Um processo bem controlado aqui é o que garante um dos pilares da regulação por incentivos: uma Base de Ativos Regulatória (BAR) justa, precisa e auditável.

Vimos que a robustez deste processo se apoia em três pilares fundamentais:

1. **Formalização e Governança:** A existência de políticas claras (CT054), a segregação de funções críticas (CT055), as alçadas de aprovação para cada etapa e a revisão independente sobre os novos cadastros (CT061) e cálculos complexos (CT062) não são meras burocracias. São a estrutura que garante a segurança, a transparência e a conformidade de todo o ciclo de vida do ativo.
2. **Precisão e Rastreabilidade:** A precisão é a alma deste processo. Desde o uso de um sistema para gerenciar financeiramente os projetos (CT072), passando

pela correta classificação de sua origem (CT073) e destino (CT074), até o cálculo exato da depreciação (CT060) e a validação de sua existência física através de inventários (CT071), cada controle visa garantir que o valor registrado nos livros contábeis seja um reflexo fiel da realidade. É esta precisão que constrói uma BAR confiável.

3. **Automação e Segurança Sistêmica:** O uso inteligente da tecnologia é o que transforma o processo de reativo e propenso a erros para proativo e seguro. A gestão de acessos (CT056), o monitoramento de transações (CT057) e os bloqueios automáticos em projetos encerrados (CT075) criam um ambiente controlado onde a integridade dos dados é preservada sistemicamente.

Ao implementar e fortalecer cada um desses controles, o prestador de serviços eleva sua gestão patrimonial a um novo patamar. A área deixa de ser um mero "guarda-livros" de ativos para se tornar uma função estratégica que suporta o planejamento de capital, a otimização de custos e a tomada de decisões de longo prazo.

A auditoria da Metodologia Acertar, portanto, não deve ser vista como um teste, mas como a validação de um trabalho essencial. Ao adotar estas práticas, a sua organização não está apenas se preparando para uma certificação; está investindo na sua própria eficiência, na sua credibilidade perante a sociedade e o regulador, e na sua capacidade de continuar prestando serviços de saneamento com qualidade para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério das Cidades; **Guia de Auditoria e Certificação das Informações do SNIS**. Versão final atualizada. Brasília, 2023.
- BRASIL. Ministério das Cidades; **Manual de Melhores Práticas dos Prestadores de Serviços de Saneamento**. Versão final atualizada. Brasília, 2023.